

POLÍTICA

CONSTITUINTE

São depois das eleições

Após a rejeição da emenda Uequed na madrugada, faltou quórum durante o dia para aprovar a Constituinte. Agora, só depois do dia 15.

Depois de o Congresso Nacional ter passado quatro dias seguidos discutindo e votando a proposta de convocação da Constituinte e a proposta de nova minireforma tributária, a semana termina sem decisão final sobre as duas matérias, o que talvez só ocorra depois das eleições ou em março do ano que vem.

A proposta de convocação da Constituinte aguarda ainda a deliberação sobre quatro pontos destacados do substitutivo Giavarina para completar-se a votação em primeiro turno. O ponto mais polêmico, porém, ficou resolvido ontem de madrugada: foi rejeitada, por não ter sido alcançado o quórum de dois terços na Câmara, a emenda Jorge Uequed (PMDB-RS), que tinha o veto dos ministros militares.

A proposta da minireforma tributária foi aprovada em primeiro turno quase que por unanimidade e sua aprovação em segundo turno será pacífica, dependendo apenas do quórum (continuam sendo necessários dois terços da Câmara e do Senado). No segundo turno, a que têm de ser submetidas as propostas de emenda constitucional, já não mais pode ser alterado o texto anteriormente aprovado.

A sessão do Congresso, que se estendeu por toda a noite e fora suspensa por volta das 5 horas da manhã, prosseguiu às 11h15 (embora marcada para 10 horas), mas nada mais pôde ser votado. Todo o tempo foi consumido por sucessivas questões de ordem em torno da dúvida levantada de madrugada: se as expressões "destacadas" do substitutivo precisam do quórum de dois terços

para ser reincluídas ou se estão apenas "suspensas" e precisam, ao contrário, do quórum de dois terços para ser rejeitadas.

As 12h40 o presidente do Congresso, José Fragelli, decidiu acolher recurso do deputado João Gilberto e pediu parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o qual será depois submetido a plenário, para se estabelecer uma norma sobre a matéria. Em seguida, assinalando não haver, na Casa, quórum necessário para votação de matéria constitucional (havia 38 senadores e 259 deputados, quando o mínimo exigido é de 46 e 320), encerrou a sessão e não convocou outra.

Itens pendentes

José Fragelli pode, a qualquer tempo, convocar nova sessão para o prosseguimento das votações e normalmente o faz de comum acordo com as lideranças partidárias. A interrupção da votação não traz nenhuma prejuízo para as matérias. Não há prazo para exame de proposta de emenda constitucional. No caso da Constituinte, estão pendentes de votação quatro destaques.

1) O que elimina do art. 1º do substitutivo a expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais", com o que, instalada a Assembléia Nacional Constituinte, a Câmara e o Senado deixarão de funcionar e a própria Assembléia viria qual solução dar para a questão da legislação ordinária. Nesse caso, ela poderia constituir uma comissão especial para esse fim, como fora sugerido pelo presidente da Câmara, Ulysses Guimarães. O mesmo destaque, consequentemente, exclui também do art. 3º a expressão que determina seja a Constituição promulgada "no curso da primeira sessão legislativa da 48ª legislatura". Se a Câmara e o Senado deixarem de funcionar, não mais pode existir "sessão legislativa" nem "legislatura".

2) O que suprime as expressões "ou conexos" e "civis" do parágrafo 1º do art. 4º e todo o parágrafo 5º desse artigo. A expressão "ou conexos", para impedir que a nova anistia beneficie terroristas que atuaram depois da lei da anistia. A expressão "civis", para permitir que a nova anistia alcance servidores civis e militares. A eliminação do parágrafo 5º, para permitir pagamentos retroativos.

3) O que elimina a expressão "pelo princípio de antiguidade" do parágrafo 3º do art. 4º, permitindo, assim, que anistiados civis e militares se beneficiem de outro tipo de promoção.

4) O que retira a expressão "de Estado" do art. 5º, o que trata das inelegibilidades. A referência seria então somente a ministro e a secretário, incluídos portanto, também, os secretários municipais.

Tudo o tempo da sessão realizada ontem de manhã foi tomado pelas discussões sobre a interpretação do que significa "destaque" para efeito de votação, tendo os deputados Israel Pinheiro Filho (PFL-MG), João Gilberto (PMDB-RS) e Bonifácio de Andrada (PDS-MG), principalmente, acusado os senadores de estarem dando interpretação regimental em causa própria. Esses deputados entendem que, tendo sido aprovado pedido de destaque de determinados pontos para serem votados separadamente, esses pontos deixam de fazer parte do corpo do substitutivo aprovado e têm de ser submetidos a voto, aplicando-se a eles o quórum de dois terços para serem aprovados. Alberto Goldman (PCB-SP) chegou a separar páginas de um projeto para ilustrar seus argumentos: "Votamos esta parte e separamos esta outra aqui. Agora vamos votar esta outra. Qual é o quórum para a aprovação de matéria constitucional? É o quórum de dois terços".

Os senadores, porém, demonstraram que não entendem assim. Mário Maia (PMDB-AC) foi o primeiro a argumentar que a aprovação dos pedidos de destaque não retirou do substitutivo as partes "destacadas". Para a exclusão destas é que são agora necessários os dois terços. Foi esse também o argumento de Marcondes Gadelha (PFL-PB), acusado por Israel Pinheiro de haver mudado sua decisão (pois presidia a Mesa, de madrugada, quando a questão fora levantada) "por pressão do senador Itamar Franco (PMDB-MG)".



Ulysses e Fragelli: a discussão do que é "destaque".

A emenda Jorge Uequed foi rejeitada pelo Congresso às 4h10 da madrugada de ontem, depois de mais de seis horas de discussão e em um clima dramático de discussões sucessivas ao presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, a favor da anistia ampla e irrestrita, e de provocações do PDS malufista. A proposta não chegou a ser submetida ao Senado porque não atingiu os 320 votos "sim" exigidos para matérias constitucionais, apesar de ter recebido 206 votos favoráveis na Câmara. Votaram não 152 deputados, entre eles Ulysses Guimarães, que declarou seu voto a favor da emenda Giavarina às 2h45 e prometeu continuar lutando pela reintegração de pessoas anistiadas.

A emenda Uequed só foi votada na madrugada porque houve inversão na ordem dos destaques a pedido do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), que aproveitou o clima emocional do plenário e conseguiu a aprovação de todos os líderes partidários para que a proposta fosse a segunda da pauta — ela estava na sexta colocação. Quando a inversão foi aprovada, Ulysses Guimarães, que se havia retirado por alguns minutos da sessão, voltou apressado e bateu três vezes na madeira antes de entrar no plenário.

A essa altura os líderes da Aliança Democrática já estavam cientes de que a emenda Uequed iria receber um grande número de votos favoráveis. Vários peemedebistas ocuparam os microfones de apertar para anunciar apoio à anistia ampla, geral e irrestrita, conclamando os companheiros a não abandonarem uma das maiores bandeiras do partido ao longo dos últimos 21 anos nas galerias, dezenas de militares punidos acompanharam com palmas e vozes a sessão.

Logo depois da meia-noite, o líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, fez a sua primeira intervenção contra a emenda Jorge Uequed, mas foi infeliz ao afirmar que era favorável à emenda Walmor Giavarina por não querer que "marinheiros honrados sejam iguais a assaltantes, traficantes e até a pederastas". Acabou vaiado pelo plenário e acusado de discriminar as minorias.

As maiores pressões, contudo, foram dirigidas ao presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, citado em todos os discursos e apertes. O deputado malufista Sebastião Curjó (PA) disse que votaria contra a emenda Uequed por convicções ideológicas, mas tranquilizou ironicamente as galerias lembrando que o PMDB estava a postos no plenário para aprovar a anistia ampla, geral e irrestrita "que sempre pregou nas praças públicas".

Outro malufista, Gérson Peres (PDS-PA), disse que Ulysses Guimarães que ele poderia votar a favor da emenda Uequed, lembrando que "hoje esta Casa não está mais sob o peso de bala e de canhão. Estamos desarmados da pressão e podemos dar anistia ampla e irrestrita. Ou o PMDB vota a favor da emenda Uequed ou é um partido que enganou a opinião pública".

Em seguida falaram os líderes de cada partido, encaminhando a votação. O do PTB, Gastone Righi, disse que o seu partido tinha, proporcionalmente, a maior soma de cassados, presos e torturados e iria votar a favor da emenda Uequed. Em aparte, o deputado Roberto Jefferson emocionou o plenário ao recordar o discurso que motivou a cassação do deputado Alencar Furtado em 1978, "viúvas e filhos do talvez e do quem sabe", e o discurso do presidente do PMDB na sepultura do ex-presidente Tancredo Neves: "Não nos esqueceremos de nossos cassados".

O clima ficou mais tenso ainda quando o líder do PSE, Sebastião Nery (beneficiado pela anistia de 79), subiu à tribuna para indagar se o Congresso tinha o direito de negar anistia para os militares que lutaram pela legalidade, "se anistiou os assassinos de Wladimir Herzog". Ele estranhou o constrangimento da Casa em anistiar aqueles militares, acusando os líderes do governo de estarem aceitando "pressões" das Forças Armadas.

O deputado e ex-exilado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), que havia votado na noite anterior contra o destaque para a emenda Uequed, anunciou que iria mudar o seu voto. "Não posso votar contra a anistia", desabafou. Foi seguido pelos deputados Mi-

A difícil rejeição na madrugada

Foram seis horas de discussões de provocação dos malufistas e de apertes dramáticos a Ulysses para votar contra o governo. Ulysses resistiu.

Opinião pública

Em seguida falaram os líderes de cada partido, encaminhando a votação. O do PTB, Gastone Righi, disse que o seu partido tinha, proporcionalmente, a maior soma de cassados, presos e torturados e iria votar a favor da emenda Uequed. Em aparte, o deputado Roberto Jefferson emocionou o plenário ao recordar o discurso que motivou a cassação do deputado Alencar Furtado em 1978, "viúvas e filhos do talvez e do quem sabe", e o discurso do presidente do PMDB na sepultura do ex-presidente Tancredo Neves: "Não nos esqueceremos de nossos cassados".

O clima ficou mais tenso ainda quando o líder do PSE, Sebastião Nery (beneficiado pela anistia de 79), subiu à tribuna para indagar se o Congresso tinha o direito de negar anistia para os militares que lutaram pela legalidade, "se anistiou os assassinos de Wladimir Herzog". Ele estranhou o constrangimento da Casa em anistiar aqueles militares, acusando os líderes do governo de estarem aceitando "pressões" das Forças Armadas.

O deputado e ex-exilado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), que havia votado na noite anterior contra o destaque para a emenda Uequed, anunciou que iria mudar o seu voto. "Não posso votar contra a anistia", desabafou. Foi seguido pelos deputados Mi-

guel Arraes (PMDB-PE) e Cristina Tavares (PE). Arraes: "Voto pela confraternização dos brasileiros de todas as categorias". Cristina Tavares disse que a anistia da emenda Uequed não era "ampla o suficiente para anistiar as milhares de crianças subnutridas do Nordeste, punidas pelos regimes econômicos pós-64".

O líder do PCB, deputado Alberto Goldman, disse que o seu voto favorável à emenda Uequed representava uma homenagem à memória do jornalista Wladimir Herzog, morto no DOI-Codi de São Paulo, e "aqueles que ainda estão vivos e precisam do nosso apoio".

As 2h30 o líder do PMDB subiu à tribuna para defender a aprovação da emenda Giavarina, chamando a atenção do PMDB e do Congresso para as responsabilidades que assumiram "de conduzir a transição política". Pimenta da Veiga acusou os malufistas de estarem defendendo a emenda Uequed, que não estabelecia prazo para a anistia, com o objetivo de beneficiar os responsáveis pelo escândalo Lutfalla, que envolve o deputado Paulo Salim Maluf e sua mulher, Sílvia Lutfalla.

A luta continua

Em seguida, Ulysses Guimarães pediu a palavra para explicar que iria obedecer à orientação da liderança do PMDB e votar contra a emenda Uequed. Lembrou as intensas negociações que precederam a emenda Walmor Giavarina e cobrou a coresponsabilidade dos que dela participaram. "Avançamos muito, mas vamos continuar lutando para aperfeiçoar a anistia e garantir e reintegração das pessoas anistiadas. A luta não acabou", disse.

Oito deputados paulistas, quase todos malufistas, não compareceram ao plenário para votar a favor da anistia irrestrita: Alcides Franciscato, Felipe Cheide, João Cunha (PMDB), Maluly Neto, Mendonça Falcão, Néilson do Carmo, Paulo Salim Maluf e Renato Cordeiro (este sofreu um infarto antes da votação).

A votação foi iniciada pelo Norte, onde vários peemedebistas desrespeitaram a orientação partidária votando a favor da emenda Uequed. A primeira vaia, contudo, foi registrada no Maranhão, contra o filho do presidente Sarney, deputado Sarney Filho. No final, ele e o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, telefonaram para o presidente da República para dar a boa notícia: a emenda Uequed havia sido rejeitada.

Conforme o mesmo assessor, a oposição à anistia para os punidos com base em atos administrativos deve-se à impossibilidade de definir quem foi afastado da ativa por motivação política e quem foi desligado ou não teve o seu tempo de serviço prorrogado por outras razões. Ele explicou que muitos simplesmente deram baixa por terem cumprido o período regulamentar de serviço e hoje reivindicam o retorno.

Uma fonte do Ministério do Exército calcula que seriam necessários apenas 1,2 trilhão de cruzeiros para pagamento dos soldados atrasados dos 750 milita-

res punidos no Exército. Segundo ele, a cifra dos 3 trilhões frequentemente citada surgiu num cálculo feito pelo deputado Flávio Bierrebach, incluindo provavelmente os punidos nas mesmas condições na Marinha e na Aeronáutica.

Conforme o mesmo assessor, a oposição à anistia para os punidos com base em atos administrativos deve-se à impossibilidade de definir quem foi afastado da ativa por motivação política e quem foi desligado ou não teve o seu tempo de serviço prorrogado por outras razões. Ele explicou que muitos simplesmente deram baixa por terem cumprido o período regulamentar de serviço e hoje reivindicam o retorno.

Essa falta de solidariedade partidária e a ausência de comando dos líderes de bancadas no Congresso preocupou senadores e deputados do PDS.

"Nunca vi assunto tão mal dirigido e o Congresso tão mal orientado", afirmou o presidente do maior partido de oposição, senador Amaral Peixoto.

— Minhas preocupações aumentam porque não há o menor sentimento de solidariedade partidária. Pela madrugada, ouvi um deputado do PMDB dizer que não estava ali para ajudar a candidatura do presidente de seu partido ao governo de São Paulo.

"Houve inequívoca rebelião das bancadas contra seus líderes quando da votação do destaque da emenda Jorge Uequed", segundo o secretário-geral do PDS, senador Virgílio Távora. "O resto", esclarece, "será apenas desejo de mascarar a realidade. O PMDB, mais uma vez, entre promessas formais na praça pública e o pragmatismo necessário para resolver uma situação de fato, fez opção pela segunda", concluiu o político cearense.

"Há uma rebelião contra tudo e contra todos", dizia, por sua vez, o senador Passos Porto (PDS-SE) a seu colega Álvaro Dias (PMDB-PR). E acrescentava: "O que está unindo vocês são os resultados das pesquisas de opinião pública, a expectativa da vitória".

REBELIÃO

No PMDB, a maioria foi dissidente. No PFL e no PDS, os líderes fracassaram.

"Foi um dia de glórias para o PMDB" — reagiu ontem à tarde, em seu gabinete na Câmara, o líder do governo, deputado Pimenta da Veiga (MG). Ele contestou as notícias de que o episódio da votação (não completada) da convocação da Constituinte teria provocado desgaste ao seu partido, à direção e à sua liderança.

Mas nos próximos dias, Pimenta da Veiga vai examinar o problema da rebelião ocorrida na bancada do PMDB na Câmara, em que a maioria dos deputados e a metade dos vice-líderes votaram a favor da Emenda Jorge Uequed, contrariando a orientação do governo. "Não podemos admitir divergências profundas no colégio de líderes" — disse ele, notando que 11 dos seus 24 vice-líderes ignoram a posição de governo na matéria e dois sequer estiveram presentes.

Votaram a favor da Emenda Jorge Uequed os vice-líderes Ayrton Soares (SP), Arthur Virgílio Neto (AM), Mário Frota (AM), Raul Ferraz (BA), Darcy Passos (SP), Junia Marise (MG), Lélcio Souza (RS), Renan Calheiros (AL), Marcondes Pereira (SP), Jorge Uequed (RS) e José Fogaça (RS). Segundo informações de deputados peemedebistas, Mário Frota já havia comunicado sua renúncia à vice-liderança. Pimenta da Veiga anunciou que vai tomar as "providências cabíveis" no caso, mas não anunciou que medidas seriam tomadas.

Até mesmo entre os membros da Comissão Executiva Nacional do PMDB houve divergentes: o 1º vice-presidente Miguel Arraes e os vogais Francisco Pinto e Carneiro Arnaldy votaram a favor da Emenda Jorge Uequed.

Dentre os vice-líderes que atuaram para impedir a votação em segundo turno da proposta da Constituinte, ou para conseguir votos em favor da emenda Uequed, destacou-se o ex-líder do PT, Ayrton Soares, recém-filado ao PMDB, que chegou a comentar: "O nosso PMDB vai votar pela anistia ampla da emenda Uequed e o PMDB de Ulysses e Pimenta votará a favor da anistia do substitutivo Giavarina".

Dos 206 votos favoráveis à emenda Jorge Uequed, 93 foram de deputados do PMDB, sobretudo da chamada "esquerda independente", 17 foram de integrantes do PFL e 58 foram do PDS, todos eles divergentes das respectivas lideranças. Dos 204 deputados do PMDB, 38 nem compareceram à votação na madrugada de ontem e apenas 73 acompanharam a liderança. Dos 124 do PDS, 42 ausentaram-se e apenas 24 acompanharam o voto do líder. Na bancada de 105 deputados do PFL, registraram-se 33 ausências e 55 votos de acordo com a orientação do governo.

Essa falta de solidariedade partidária e a ausência de comando dos líderes de bancadas no Congresso preocupou senadores e deputados do PDS.

"Nunca vi assunto tão mal dirigido e o Congresso tão mal orientado", afirmou o presidente do maior partido de oposição, senador Amaral Peixoto.

— Minhas preocupações aumentam porque não há o menor sentimento de solidariedade partidária. Pela madrugada, ouvi um deputado do PMDB dizer que não estava ali para ajudar a candidatura do presidente de seu partido ao governo de São Paulo.

"Houve inequívoca rebelião das bancadas contra seus líderes quando da votação do destaque da emenda Jorge Uequed", segundo o secretário-geral do PDS, senador Virgílio Távora. "O resto", esclarece, "será apenas desejo de mascarar a realidade. O PMDB, mais uma vez, entre promessas formais na praça pública e o pragmatismo necessário para resolver uma situação de fato, fez opção pela segunda", concluiu o político cearense.

"Há uma rebelião contra tudo e contra todos", dizia, por sua vez, o senador Passos Porto (PDS-SE) a seu colega Álvaro Dias (PMDB-PR). E acrescentava: "O que está unindo vocês são os resultados das pesquisas de opinião pública, a expectativa da vitória".

O próprio deputado Jorge Uequed (PMDB-RS) não nega a divisão de seu partido. "O PMDB é um transatlântico com um motim a bordo. Apesar disso, continua avançando". "Temos de destituir o líder e os vice-líderes porque perderam a confiança da bancada", pregava ontem o deputado Manuel Costa (PMDB-MG).

O plenário sem quórum...

... e o cansaço da madrugada.

Pimenta

Leônidas

Alívio. Mas o general Leônidas não quer ser o vilão.

A rejeição da emenda Uequed, de ampliação da anistia para pagamento de 20 anos de soldados atrasados e reintegração de cassados na ativa, agitou plenamente a área militar. No Palácio do Planalto, ninguém quis comentar o assunto, mas no Ministério do Exército assessores do general Leônidas Pires Gonçalves reclamaram que ele foi injustiçado no noticiário, "sendo apresentado como o vilão que tutelou o governo e impediu a aprovação da medida".

Conforme os mesmos assessores, não houve veto a iniciativa por parte das Forças Armadas, mas apenas o cumprimento de acordo firmado entre o ministro Leônidas Pires Gonçalves, o presidente José Sarney e

serão esclarecidos nos boletins internos das três Armas e, antes do início do recesso parlamentar, a 5 de dezembro, o ministro Leônidas Pires deverá conceder entrevista coletiva para um balanço da atuação de sua Pasta, quando vai abordar a questão.

Esses aspectos do problema